

PROCESSO TCE Nº 124.305  
ENTIDADE: Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE – Exercício de 2016  
RESPONSÁVEL: Juliana Quinteiro (CPF: 110.744.378-45)  
INTERESSADO: Elias Mansour Macedo (CPF: 079.241.192-72)  
CONTROLE INTERNO: João Nogueira da Costa (CPF: 217.326.042-15)  
CONTABILISTA: Sandy Barbosa Lopes (CRC: AC-000988/O)  
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## ACÓRDÃO Nº 11.546/2019

### PLENÁRIO

**EMENTA: FUNDAÇÃO HOSPITAL ESTADUAL DO ACRE – FUNDHACRE. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO 2016. IRREGULARIDADE. DEVOLUÇÃO. MULTA. ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. RECOMENDAÇÃO.**

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator Antonio Jorge Malheiro**: **1) Pela irregularidade** da Prestação de Contas da Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE, exercício de 2016, de responsabilidade da Sra. Juliana Quinteiro, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em virtude do superfaturamento apurado; **2) Pela condenação** da Sra. Juliana Quinteiro à devolução do valor de **R\$ 29.000,00** (vinte e nove mil reais), em razão do superfaturamento constatado nos autos, relativo ao Contrato nº 100/2016, com fundamento no artigo 36, inciso I, artigo 51, inciso III, alínea “c”, e artigo 54, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993; **3) Pela condenação** da Sra. Juliana Quinteiro, com fundamento no art. 88 da LCE nº 38/1993, ao pagamento **de multa de acessória de 10%** sobre o valor a ser restituído, com incidência de correção monetária e juros devido; **4) Pelo envio de cópia**

**dos autos ao Ministério Público Estadual**, para que tome conhecimento quanto ao descumprimento da Lei 8.666/93; **5) Por recomendar à DAFO** que doravante **use o preço médio do BPS** como referência e que, ficando o preço praticado acima desse médio, seja então avaliado através da comparação com o mercado; e **6) Após as providências de estilo, pelo arquivamento dos autos.**

Rio Branco – Acre, 05 de dezembro de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 124.305  
ENTIDADE: Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE – Exercício de 2016  
RESPONSÁVEL: Juliana Quinteiro (CPF: 110.744.378-45)  
INTERESSADO: Elias Mansour Macedo (CPF: 079.241.192-72)  
CONTROLE INTERNO: João Nogueira da Costa (CPF: 217.326.042-15)  
CONTABILISTA: Sandy Barbosa Lopes (CRC: AC-000988/O)  
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## RELATÓRIO

1 – Tratam os autos de Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE, exercício de 2016, de responsabilidade da Sra. Juliana Quinteiro, apresentada tempestivamente a esta Corte de Contas.

2 – Como resultado do Relatório Preliminar de fls. 311/339, elaborado pela 3ª IGCE, identificou-se as seguintes inconsistências:

**a)** Inconsistência do saldo de Estoques em 31/12/2016, apresentado no Resumo de Movimentação Mensal de Almoxarifado – RMMA, em relação ao saldo registrado no Balanço Patrimonial da FUNDHACRE encerrado em 31/12/2016, no valor de R\$ 8.936.118,01 (oito milhões novecentos e trinta e seis mil cento e dezoito reais e um centavo), conforme item 4.1 deste Relatório;

**b)** Constatação de indícios da prática de superfaturamento nos contratos nº 100, 101 e 102/2016, objetos de dispensa de licitação, celebrado com a empresa DISACRE Comércio e Representação Importação e Exportação LTDA (ME), no valor de 97.933,33 (noventa e sete mil novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), conforme item 5.3 deste Relatório.

**c)** Constatação de indícios da prática de superfaturamento no Pregão Presencial nº 581/2015 – Ata de Registro de Preços nº 006/2016, na qual foi vencedora a empresa PRÓTESENORTE Comércio e Representações de Produtos Ortopédico LTDA, no valor de 207.857,53 (duzentos e sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), conforme item 5.6 deste Relatório.

**d)** Constatação de indícios da prática de superfaturamento no contrato de saldo 120/2014 – Pregão SRP nº 635/2013, celebrado com a empresa P. C. S de Holanda, no valor de 173.317,87 (cento e setenta e três mil trezentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), conforme item 5.7 deste Relatório.

**e)** Constatação de indícios da prática de superfaturamento no contrato de saldo 119/2014 – Pregão SRP nº 919/2013, celebrado com a empresa P. C. S. de Holanda, no valor de 79.323,16 (setenta e nove mil trezentos e vinte e três reais e dezesseis centavos), conforme item 5.8 deste Relatório.

3 – Citada às fls. 344 e 350, a Sra. Juliana Quinteiro apresentou, tempestivamente, a defesa de fls. 367/469.

4 – Com a elaboração de Relatório Conclusivo, às fls. 477/487, a 3ª IGCE considerou parcialmente sanadas as irregularidades, tendo, entretanto, mantido o ponto referente a constatação de indícios da prática de superfaturamento, quando da execução dos Contratos nº 100/2016, 101/2016 e 102/2016, no montante agora de R\$ 39.376,60 (trinta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos), razão pela qual opinou pela irregularidade das contas prestadas, com consequente devolução da quantia apurada e aplicação da multa prevista no art. 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993.

5 – O feito chegou a ser encaminhado ao Ministério Público de Contas, que exarou parecer à fl. 492, tendo, entretanto, retornado novamente a área técnica, por força do despacho de fls. 494/495, ante a necessidade de complementação da instrução,

ocasião na qual restou exarado o Parecer Complementar de Análise Técnica de fls. 506/510, apurando novos valores e sugerindo nova citação da gestora.

6 – Devidamente citada, a Gestora colacionou, tempestivamente, defesa às fls. 517/533, tendo o feito retornado para a área técnica, oportunidade em que a 3ª IGCE acatou parcialmente os argumentos apresentados, concluindo pela existência de superfaturamento do item Polimixina B, no montante de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

7 – O Ministério Público de Contas exarou parecer à fl. 566, ocasião na qual corroborou com a conclusão da 3ª IGCE, sugerindo que a condenação abarque, também, a multa do art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993.

**É o relatório.**

Rio Branco – Acre, 05 de dezembro de 2019.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**  
Relator

PROCESSO TCE Nº 124.305  
ENTIDADE: Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE – Exercício de 2016  
RESPONSÁVEL: Juliana Quinteiro (CPF: 110.744.378-45)  
INTERESSADO: Elias Mansour Macedo (CPF: 079.241.192-72)  
CONTROLE INTERNO: João Nogueira da Costa (CPF: 217.326.042-15)  
CONTABILISTA: Sandy Barbosa Lopes (CRC: AC-000988/O)  
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## VOTO

1 – Trata o presente processo de Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE, exercício de 2016, de responsabilidade da Sra. Juliana Quinteiro, apresentada tempestivamente a esta Corte de Contas.

2 – Após pormenorizada instrução processual a 3ª IGCE concluiu pela presença de superfaturamento no Contrato nº 100/2016, firmado com a Empresa Disacre Comércio e Representação Imp. e Exp. LTDA., quando da aquisição do item “polimixina B”, no montante de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

3 – Da análise dos autos é possível observar que, mesmo diante da mais favorável das situações em favor da Gestora, inviável se faz a justificação do preço pago pelo aludido medicamento, posto que 30,85% superior ao maior valor cotado no Banco de Preços em Saúde (BPS).

4 – O parâmetro utilizado pela área técnica desta Egrégia Corte encontra respaldo na jurisprudência pátria, especialmente quando sopesado o posicionamento do Tribunal de Contas da União sobre o tema. Isto porque o BPS é válido como referência de preços da aquisição de medicamentos, seja pelo gestor público para balizar o preço

de suas contratações, seja pelos órgãos de controle para avaliar a economicidade dos contratos.

5 – Em sentido oposto, ainda conforme jurisprudência dos órgãos de controle, entende-se inviável a utilização da tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) para aferição da viabilidade dos itens contratados, uma vez que seus preços são referenciais máximos que a lei permite a um fabricante de medicamento vender o seu produto, o que não se confunde com os preços praticados no mercado.

6 – Vale ressaltar que a Resolução nº 3, de 04 de maio de 2009, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, prevê em seu art. 2º que o Preço Máximo ao Consumidor será o "teto de preço a ser praticado pelo comércio varejista, ou seja, farmácia e drogarias", não se aplicando ao caso de licitações cujos produtos são destinados exclusivamente ao uso hospitalar e assemelhados, já que a quantidade comprada nestas situações faz com que o preço seja inferior.

7 – No caso em tela, a adoção do maior valor praticado no BPS, em idêntico lapso temporal, afasta qualquer alegação de defasagem nos preços pesquisados. Ademais, a elevadíssima assimetria entre os valores comparados infirma a tese de que tal divergência se deu em razão dos custos operacionais para comercialização do produto nesta região.

8 – Por fim, quanto ao argumento apresentado pela Gestora de que “não agiu com dolo ou ânimo de proporcionar lesão ao erário público”, tem-se que esta Corte de Contas não adentra, nos casos sob sua competência, na análise do elemento volitivo da conduta, restringindo-se à fiscalização das contas públicas sob a ótica precipuamente contábil. Eventuais apurações de ilícitos penais e/ou atos que importem em improbidade administrativa são realizadas no âmbito do Poder Judiciário.

9 – Ante o exposto, **VOTO:**



- 1) Pela **irregularidade** da Prestação de Contas da Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE, exercício de 2016, de responsabilidade da Sra. Juliana Quinteiro, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em virtude do superfaturamento apurado;
- 2) Pela **condenação** da Sra. Juliana Quinteiro à devolução do valor de **R\$ 29.000,00** (vinte e nove mil reais), em razão do superfaturamento constatado nos autos, relativo ao Contrato nº 100/2016, com fundamento no artigo 36, inciso I, artigo 51, inciso III, alínea “c”, e artigo 54, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993;
- 3) Pela **condenação** da Sra. Juliana Quinteiro, com fundamento no art. 88 da LCE nº 38/1993, ao pagamento **de multa de acessória de 10%** sobre o valor a ser restituído, com incidência de correção monetária e juros devido;
- 4) Pelo **envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual**, para que tome conhecimento quanto ao descumprimento da Lei 8.666/93;
- 5) Por **recomendar à DAFO** que doravante **use o preço médio do BPS** como referência e que, ficando o preço praticado acima desse médio, seja então avaliado através da comparação com o mercado; e
- 6) Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

## É como voto.

Rio Branco – Acre, 05 de dezembro de 2019.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**  
Relator